



Perfil Institucional



Instituto
Serzedello
Corrêa



Perfil Institucional



Instituto
Serzedello
Corrêa

© Copyright 2016, Tribunal de Contas da União

Impresso no Brasil / Printed In Brazil

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Imagem da Capa:

Sede do Instituto Serzedello Corrêa, 2016

Licença-padrão para uso não-comercial.

Tiragem de 1000 exemplares

Novembro de 2016

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Setor de Administração Federal Sul

Quadra 4 Lote 1, Brasília-DF

70042-900

55 (61) 3316-7000

www.tcu.gov.br

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA

Setor de Clubes Esportivos Sul

Trecho 3 Lote 3, Brasília-DF

70200-003

55 (61) 3316-5812

isc@tcu.gov.br

Imagens na Publicação:

Páginas | Autor ou fonte.

4, 11 | Lourdes Amaral;

5 | Assessoria de Cerimonial/Aceri;

14, 35 | Bruno Spada;

27 | Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio/Sesap;

30, 33 | Marcello Augusto.

Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Perfil institucional. – 1.ed. – Brasília : TCU, Instituto Serzedello
Corrêa, 2016.

36 p. : il. color. : fotografias – (Instituto Serzedello Corrêa; v. 1)

1. Instituto Serzedello Corrêa (ISC). 2. Educação. 3. Pesquisa. 4.
Tribunal de contas - Brasil. I. Título. II. Série. III. Escola Superior do
Tribunal de Contas da União (Brasil).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Perfil Institucional



1a. Edição | Brasília, 2016.





A história do Tribunal de Contas da União (TCU) tem sido marcada, desde seu princípio, por uma constante busca pela excelência em suas ações. Nesse trajeto, a educação corporativa destaca-se como um dos principais pilares da evolução institucional, por meio da capacitação de quadros técnicos, da construção e disseminação de conhecimentos e da identificação de soluções inovadoras que garantam melhores resultados à sociedade.

O Instituto Serzedello Corrêa – Escola Superior do Tribunal de Contas da União – é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações de aprendizagem organizacional, gestão da informação e do conhecimento e do incentivo à pesquisa e à inovação no TCU.

Sua atuação é voltada não apenas para o público interno do Tribunal. Abrange também outras dimensões e atores necessários para o alcance da missão do TCU, que é *aprimorar a Administração Pública por meio do controle externo*. Assim, também são oferecidas ações de capacitação a servidores de outros órgãos públicos e de preparação de cidadãos para o exercício do controle social.

Para isso, o ISC tem investido em um amplo processo de evolução e fortalecimento de sua atuação, e em um projeto pedagógico inovador. A presente publicação apresenta um pouco desse processo, as linhas de atuação do Instituto, suas características e resultados. Além de dar transparência às ações realizadas, pretende-se também mostrar aos cidadãos, servidores públicos e demais públicos interessados, que o ISC está de portas abertas àqueles que queiram usufruir de seus produtos e serviços e colaborar com seu propósito maior: *desenvolver pessoas para a construção de uma sociedade cidadã*.

Ministro AROLDO CEDRAZ

Presidente do Tribunal de Contas da União, 2015-2016



Sumário

1 Perfil Institucional

Contexto: Tribunal de Contas da União	9
ISC: Escola Superior do Tribunal de Contas da União	12
Visão Estratégica do ISC	16
Pilares do Modelo Pedagógico	19
Aprendizagem Organizacional	19
Gestão da Informação e do Conhecimento	21
Pesquisa e Inovação	22
Credenciamento junto ao MEC	24
Estrutura Organizacional	25
Infraestrutura	27
Instalações	27
Biblioteca	28
Recursos Tecnológicos	29
Marca Institucional	31
O TCU/ISC e a Sociedade	32
Produção Artística e Patrimônio Cultural	32
Responsabilidade e Inclusão Social	34
Acessibilidade	36

2 Aprendizagem Organizacional

3 Gestão da Informação e do Conhecimento

4 Pesquisa e Inovação

5 Resultados do Biênio

Perfil Institucional





CONTEXTO: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

✦ **Missão:** *aprimorar a Administração Pública em benefício da Sociedade por meio do controle externo.*

✦ **Visão:** *ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.*

O Tribunal de Contas da União (TCU) é a instituição responsável por fiscalizar a utilização dos recursos públicos federais. As ações de fiscalização realizadas pelo tribunal auxiliam o Congresso Nacional no exercício do controle externo, conforme estabelecido no Art. 70 da Constituição Federal de 1988. Assim, o TCU atua como órgão auxiliar especializado na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos tem o dever de prestar contas ao TCU. Ao identificar irregularidades, o Tribunal pode aplicar penalidades e determinar o ressarcimento de valores aos cofres públicos.

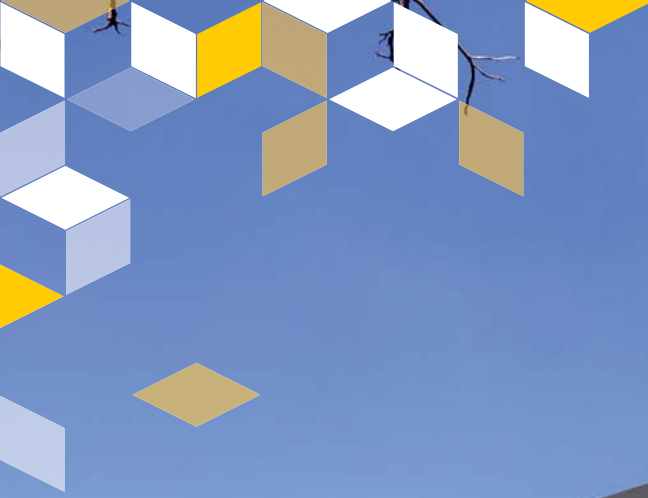


Além disso, o TCU também analisa as contas do Presidente da República e realiza auditorias, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos em ações relacionadas a diversas áreas de interesse da sociedade, como educação, saúde, energia, transportes, meio ambiente, tecnologia, agricultura e obras públicas.

O TCU foi criado durante o governo provisório da República, pelo Decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, e instituído, em definitivo, pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Sua organização, funcionamento e competências estão previstos na Constituição Federal de 1988 e em sua Lei Orgânica (Lei nº 8.443/1992).

Para o cumprimento de sua missão institucional, dispõe de secretarias de controle externo em todos os estados e no Distrito Federal, além de unidades de apoio administrativo e estratégico na Sede. A estrutura orgânica do TCU e as atribuições de cada uma de suas subunidades estão disciplinadas pela Resolução - TCU nº 266/2014.

O Tribunal é um órgão colegiado, integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional e os demais pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, escolhidos entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU). Conta ainda com quatro ministros-substitutos e com o MPTCU, ministério público especializado que tem a função de defender a ordem jurídica, proteger a lei e fiscalizar sua execução.





INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA: ESCOLA SUPERIOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

✦ **Propósito:** *desenvolver pessoas para a construção de uma sociedade cidadã.*

✦ **Missão:** *promover o desenvolvimento pessoal e profissional, a inovação e a gestão do conhecimento para o contínuo aprimoramento do controle e da Administração Pública.*

✦ **Visão:** *alcançar a excelência como escola de controle.*

✦ **Negócio:** *apoiar o TCU na busca por ser instituição que aprende.*

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola de governo do TCU, é a unidade de apoio estratégico responsável pelas ações de educação corporativa da Casa. Destina-se a promover o desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais e a educação continuada de servidores e colaboradores da Corte de Contas, bem como de ações educativas voltadas ao público externo que contribuam com a efetividade do controle e a promoção da cidadania. Também é responsável pela seleção, formação e integração inicial de novos servidores.

Além disso, o ISC administra o Centro de Documentação e o Centro de Pesquisa e Inovação, áreas que fornecem suporte metodológico e logístico à pesquisa, produção e disseminação de conhecimentos. Atua, ainda, como auxiliar na celebração, na execução e no acompanhamento de convênios e acordos de cooperação que tenham por objeto treinamento e desenvolvimento de pessoas, e participa da proposição de políticas de gestão de pessoas no TCU.

As atribuições do Instituto estão definidas na Resolução-TCU nº 266/2014, que define estrutura, competências e distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU nº 212/2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação, aprovado pela Portaria-ISC 13, de 3/9/2015.

Caracterizado como Escola de Governo, nos termos do § 2º do art. 39 da Constituição Federal, o ISC foi previsto pelo art. 88 da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU) e instituído pela Resolução-TCU nº 19/1994, durante a gestão do ministro Carlos Átila.

O nome do Instituto é uma homenagem a Inocêncio Serzedello Corrêa, que, como Ministro da Fazenda, no período de 31 de agosto de 1892 a 30 de abril de 1893, foi responsável pela regulamentação e pelo funcionamento do TCU, cuja autonomia defendeu, não só como órgão que registrasse as despesas, mas, sobretudo, como instituição independente e moralizadora dos gastos públicos.

Em 1985, quando assumiu o cargo de ministro no TCU, Carlos Átila se surpreendeu com o fato de não haver, no Tribunal, um processo institucionalizado de recrutamento.

Egresso dos quadros do Itamaraty, onde ingressou na carreira diplomática em 1959, por concurso público, estava convencido de que o que tinha dado ao Itamaraty condições de ser uma instituição pública federal com padrão de organização e de funcionamento ímpar entre os ministérios era o recrutamento do corpo técnico por concurso público.

Assim, o ministro acreditava que a realização de concursos públicos para a seleção de servidores traria ao Tribunal a consolidação de um quadro técnico qualificado, capaz de demonstrar à sociedade sua competência para realizar ações de controle externo, essenciais na estrutura de uma democracia moderna.

Mas essa não era a única preocupação: não existia formação superior que tivesse no currículo a disciplina controle externo, ou seja, não havia auditores de controle externo formados, que pudessem ser selecionados nos quadros das universidades. A solução passava então pela criação de uma escola não apenas de seleção, mas também de capacitação. Era necessário recrutar, por concurso, pessoas de nível superior (advogados, contadores, engenheiros, administradores, economistas, entre outros) e ensiná-las a exercer o controle externo. Com essa missão nasceu o ISC.

Caracterizado como Escola de Governo, nos termos do § 2º do art. 39 da Constituição Federal, o ISC foi previsto pelo art. 88 da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU) e instituído pela Resolução-TCU nº 19/1994, durante a gestão do ministro Carlos Átila.



A Lei que previu a criação do Instituto foi aprovada em 1992, mas ele só foi instituído em 1994, com a Resolução- TCU nº 19/1994, para atender às funções de planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das atividades relativas ao recrutamento, à seleção, à formação, à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos do TCU.

Também era sua função promover e organizar simpósios, trabalhos e pesquisas acerca de questões relacionadas com técnicas de controle da Administração Pública e, ainda, administrar a Biblioteca, o Centro de Documentação e os serviços de editoração do Tribunal. Algumas dessas funções foram reorganizadas na estrutura do TCU, e outras passaram a agregar as competências do ISC.

Por ser escola de governo, a atuação do ISC está voltada ao alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal e ao cumprimento da missão institucional. As ações educacionais empreendidas têm como foco principal o desenvolvimento de competências capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública e de facilitar o controle social, tendo como público-alvo servidores do quadro de pessoal do TCU, servidores de outros órgãos e entidades da Administração Pública e a sociedade.

Dentro dessa perspectiva estratégica, ao longo dos anos, investiu-se na padronização e racionalização dos processos de trabalho; na implementação e no aperfeiçoamento do modelo de gestão por competências; na organização das ações educacionais em programas de desenvolvimento de competências; na especialização de equipes; na adoção de diretrizes de qualidade, especificamente, as da norma ISO 10.015; na ampliação da educação a distância; e na promoção de ações de capacitação da cadeia de valor.

Além disso, importantes parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública foram firmadas, o que proporcionou a troca de experiências e conhecimentos, bem como o consequente aprofundamento técnico em temas que afetam diretamente a sociedade.

Em 2006, foi editada a Política de Gestão de Pessoas no TCU (Resolução-TCU nº 187, de 5 de abril de 2006), com o objetivo de estimular o desenvolvimento de profissionais competentes e motivados para exercer suas responsabilidades. Com a nova política, verificou-se a necessidade de atualizar e racionalizar normativos relativos às ações de Educação Corporativa no Tribunal. Diante disso foi publicada a Resolução-TCU nº 212, de 2008, norma que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU.

Em cumprimento às diretrizes estipuladas para o ISC no período de 2015 a 2017, o Instituto buscou o credenciamento educacional junto ao Ministério da Educação para oferta direta de cursos de pós-graduação lato sensu. Esse processo envolveu a elaboração e atualização de uma série de normativos para adequação às exigências do MEC, entre os quais o Regimento Interno, o Regulamento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os normativos foram essenciais para a estruturação do Instituto como Escola Superior.

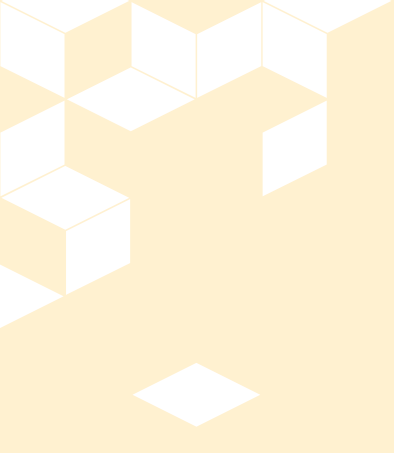
VISÃO ESTRATÉGICA DO ISC

Os elementos estruturantes da Educação Corporativa no TCU encontram fundamento no referencial estratégico do Tribunal. O mapa estratégico do TCU traduz a missão (para que existimos), a visão (o que queremos) e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais.

O mapa estratégico TCU 2015-2021 está estruturado em três perspectivas: *Resultados*; *Processos Internos*; *Gestão e Inovação*. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do TCU. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo órgão no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

Como unidade de gestão da Educação Corporativa do TCU, o ISC se insere nas perspectivas Processos Internos e Gestão e Inovação. Cabe ao Instituto, no período 2015-2021, em parceria com as demais unidades do Tribunal:

- ▶ *intensificar o intercâmbio nacional e internacional para compartilhamento de melhores práticas para o controle;*
- ▶ *intensificar parcerias com outros órgãos de controle;*
- ▶ *aperfeiçoar a gestão de desempenho, o reconhecimento e o desenvolvimento profissional;*
- ▶ *aprimorar a gestão do conhecimento;*
- ▶ *promover integração e sinergia no Tribunal;*
- ▶ *desenvolver capacidade organizacional ampla para trabalhar com recursos tecnológicos; e*
- ▶ *aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle.*



O ISC também segue diretrizes fixadas no Plano Diretor da Secretaria-Geral da Presidência do TCU (Segepres). Para o período 2015-2017, constam entre essas diretrizes a elaboração de modelo de Educação Corporativa; a implantação do Centro de Pesquisa e Inovação; a promoção de ações para credenciamento do Instituto junto ao Ministério da Educação para a oferta direta de pós-graduação lato sensu; a promoção de ações para estruturar o TCU como entidade certificadora de profissionais em auditoria, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e com os padrões internacionais; e o aprimoramento de práticas de gestão do conhecimento.

Além disso, o Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) contempla a atuação do ISC necessária ao cumprimento dos demais planos institucionais, entre eles o Plano Estratégico e o conjunto de indicadores e metas utilizado para avaliar o desempenho do Instituto.

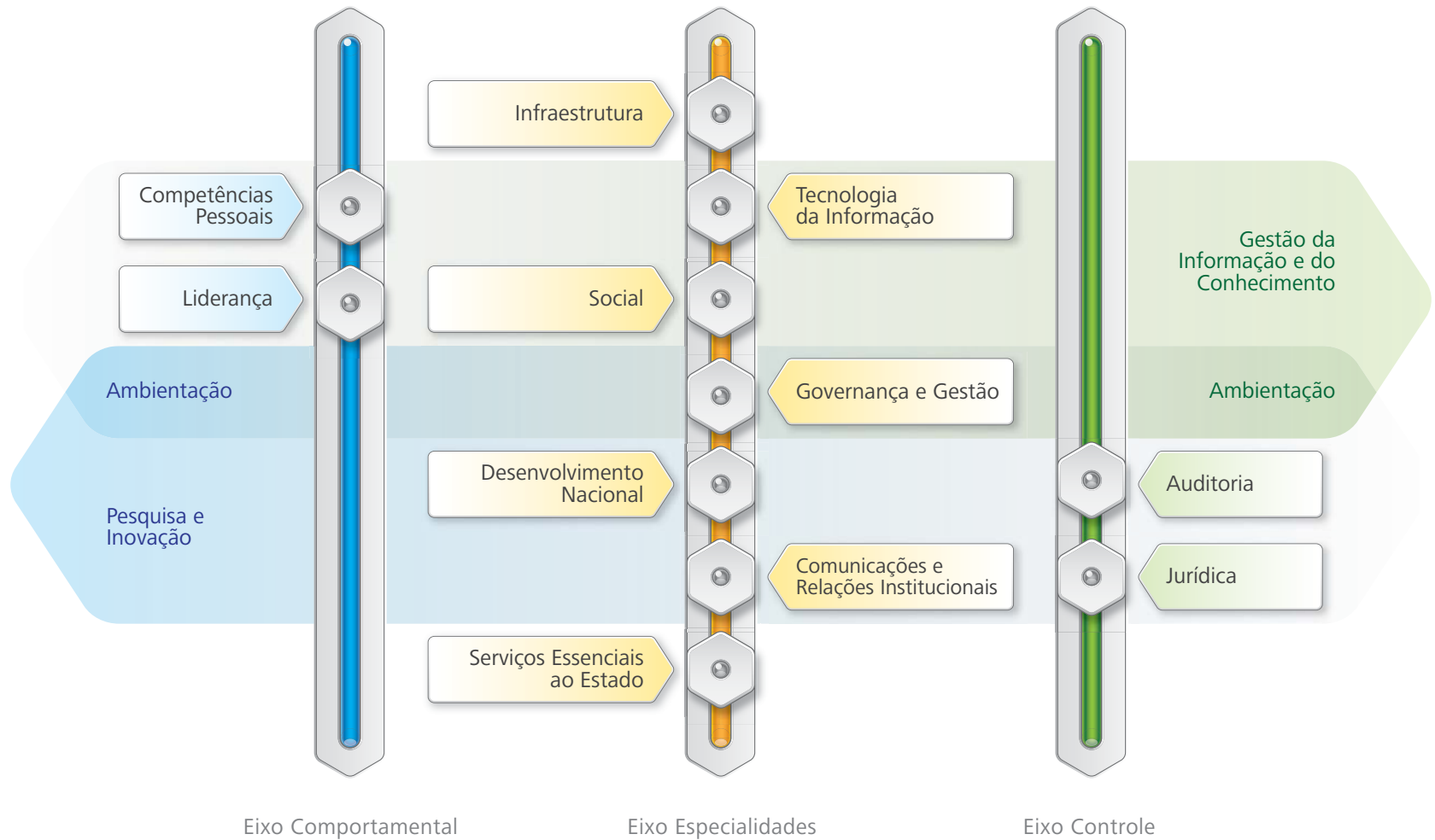
Após a publicação dos demais planos institucionais, são identificadas ações de desenvolvimento necessárias para o alcance dos resultados previstos em cada um desses instrumentos de planejamento. O Comitê de Gestão de Pessoas (CGP) realiza o alinhamento entre as ações prioritárias e o PDDC e a Comissão de Coordenação Geral (CCG) homologa a proposta.

O Plano prevê ações educacionais por temas, a serem ofertadas a servidores do TCU (público interno) e a outros órgãos e entidades, bem como a cidadãos (público externo). Todas as ações estão relacionadas a objetivos estratégicos do Tribunal.

O projeto pedagógico é concretizado por meio de cursos e eventos promovidos pelo ISC, cursos contratados ou participação dos servidores em eventos externos, além dos incentivos para a educação continuada, como as bolsas de idiomas e de pós-graduação, a licença para capacitação e o afastamento integral para cursos de pós-graduação.

O planejamento do ISC também se alinha ao Plano de Gestão de Pessoas do TCU, que tem como objetivo “estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação, ao crescimento profissional e à qualidade de vida”.

Modelo Pedagógico do Instituto Serzedello Corrêa



PILARES DO MODELO PEDAGÓGICO

Com vistas ao alcance de sua missão institucional, o Instituto Sezedello Corrêa tem como pilares de seu modelo pedagógico:

- ▶ *aprendizagem organizacional;*
- ▶ *gestão da informação e do conhecimento, e*
- ▶ *fomento à pesquisa e à inovação.*

Aprendizagem Organizacional

A aprendizagem organizacional é considerada o processo pelo qual uma organização busca desenvolver a capacidade de aprender continuamente e transformar esse conhecimento em práticas que contribuam para a obtenção de melhores resultados. Esse processo é focado essencialmente nas pessoas.

No Tribunal de Contas da União, as ações de aprendizagem organizacional, empreendidas pelo Instituto Sezedello Corrêa, são direcionadas à obtenção de resultados que auxiliem o TCU no alcance de sua missão institucional de aprimorar a Administração Pública em benefício da Sociedade por meio do controle externo. As iniciativas têm como público-alvo as pessoas relacionadas às diversas dimensões do controle externo: servidores do TCU, servidores da Administração Pública e cidadãos. As ações educacionais podem ser presenciais e a distância.

O modelo educacional do Instituto divide-se em três eixos: *Comportamental, Controle e Especialidades*. O eixo Comportamental capacita os servidores do Tribunal em competências pessoais e de liderança, e promove o desenvolvimento das equipes da Casa. O eixo Controle concentra-se nas competências técnicas basilares para o exercício da auditoria, que devem ser comuns a todos os que exercem a profissão. O eixo Especialidades visa suprir as lacunas de conhecimento nas mais diversas áreas de atuação do Tribunal, quais sejam: infraestrutura, social, desenvolvimento nacional, serviços essenciais ao Estado, tecnologia da informação, governança e gestão, além de comunicações e relações institucionais. Os três eixos educacionais são complementados pelos eixos transversais de Gestão da Informação e do Conhecimento, e de Pesquisa e Inovação, abordados adiante.



Além do público interno, também são capacitados servidores dos Tribunais de Contas dos estados e dos municípios e dos órgãos dos três poderes nas três esferas de governo, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento do controle da Administração Pública. As principais ações de capacitação oferecidas para este público incluem as áreas de auditoria governamental, auditoria de obras, auditoria de TI e auditoria operacional.



O Instituto oferta ainda cursos nas áreas de licitações e contratos, governança, prestação de contas, orçamento e planejamento para servidores públicos federais, estaduais e municipais. Com isso, busca-se, de forma preventiva e pedagógica, orientar e capacitar servidores e gestores públicos, a fim de dotá-los de informações e ferramentas necessárias à condução eficiente, eficaz e efetiva das políticas públicas.

Para os cidadãos, são oferecidos cursos que desenvolvam habilidade para o exercício do controle social, como a capacitação de conselheiros municipais e estaduais, que são responsáveis pelo acompanhamento da implantação das políticas públicas, dotando-os de informações necessárias à compreensão de seu papel e de como acompanhar a execução da ação governamental.

As iniciativas educacionais que tem como intuito a capacitação dos servidores em temas que estão na fronteira do conhecimento são conduzidas pelo eixo de inovação e pesquisa, tais como o Programa de Capacitação em Análise de Dados. Os programas que compõem o projeto pedagógico do Instituto serão detalhados nos demais volumes dessa série.

No que tange às relações internacionais, o TCU assumiu, em 2016, a presidência do Comitê de Criação de Capacidades (CCC) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), e estabeleceu uma agenda ampla e arrojada centrada no fortalecimento do Comitê com vistas à cooperação interinstitucional e ao desenvolvimento institucional de cada Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) da Organização.

Tal abordagem levou à necessidade de ampliar o leque de iniciativas voltadas à criação de capacidades e ao incremento das competências técnicas profissionais, ampliando o programa de ofertas de ações educacionais para este público.


No Tribunal de Contas da União, as ações de aprendizagem organizacional, empreendidas pelo Instituto Serzedello Corrêa, são direcionadas à obtenção de resultados que auxiliem o TCU no alcance de sua missão institucional de aprimorar a Administração Pública em benefício da Sociedade por meio do controle externo.




Gestão da Informação e do Conhecimento

O Tribunal de Contas da União é uma instituição que trabalha essencialmente com a análise e interpretação de informações, que podem resultar não apenas em constatações fáticas, mas também em conhecimento especializado que deve ser consolidado e disseminado.

Assim, assume grande valor estratégico dentro do Tribunal a gestão da informação e do conhecimento, processos que abrangem coleta, organização, análise e compartilhamento de informações, de forma sistematizada e transdisciplinar, que geram valor para a instituição e convertem-se em conhecimento organizacional.

Consta do Plano Estratégico do TCU (PET) para 2015-2021 o objetivo estratégico “Aprimorar a gestão do conhecimento”. As ações de sistematização e aprimoramento da gestão da informação e do conhecimento no TCU são empreendidas pelo Instituto Serzedello Corrêa por meio do Centro de Documentação (Cedoc).

O Centro de Documentação conta com um Serviço de Gestão do Conhecimento (SGCo), responsável por, em parceria com outras unidades do Tribunal, propor e promover a criação e organização de serviços e espaços de informação, tais como wikis, comunidades de prática e repositórios digitais no Portal TCU.

Além disso, o serviço também desenvolve e administra taxonomias e ontologias para a representação de informações em sistemas corporativos e no Portal TCU; e fomenta o aprimoramento da gestão do conhecimento, por meio de estratégias de organização e recuperação da informação.

No processo de gestão da informação estão inseridas políticas e práticas de gestão documental e bibliográfica, também promovidas pelo Cedoc.

A gestão documental tem como função primordial a preservação da memória institucional. O Serviço de Gestão Documental (Seged) do Cedoc administra o Arquivo Central do TCU, e tem como atribuição o controle de todo o ciclo de vida dos processos e documentos estratégicos que circulam cotidianamente na instituição. Assim, são considerados todos os procedimentos e operações referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, de forma a garantir que a informação seja preservada.

A gestão bibliográfica é realizada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa, responsável pela oferta de serviços de informação necessários ao bom desempenho das atividades do Tribunal. A Biblioteca é aberta ao público e possui acervo especializado em controle dos gastos públicos, entre outros temas. Além disso, na Biblioteca Digital do TCU são disponibilizados itens para acesso gratuito por qualquer interessado.



Pesquisa e Inovação

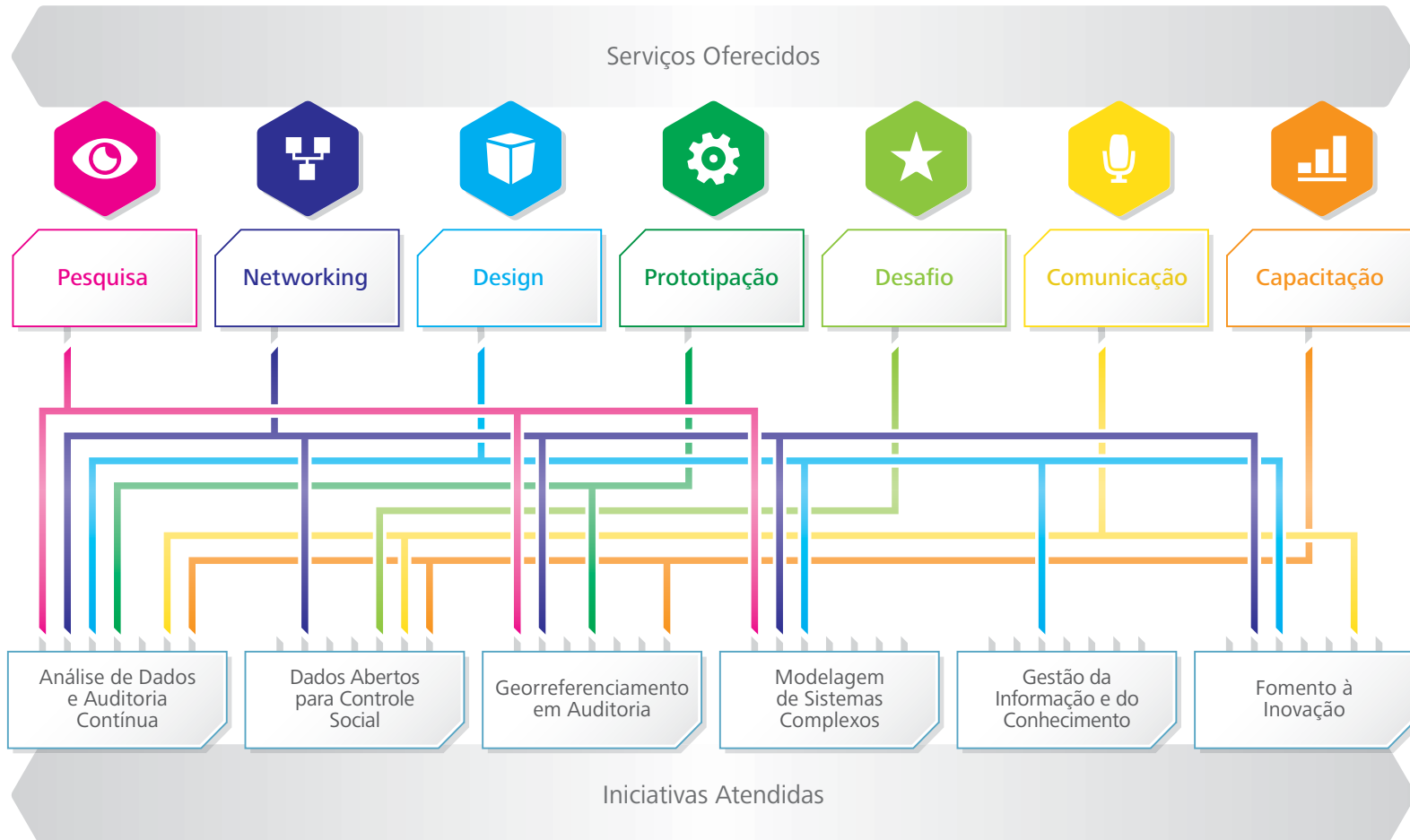
A Inovação é uma das principais perspectivas previstas no Plano Estratégico do TCU para o desenvolvimento institucional de 2015 a 2021. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) conta com o Centro de Pesquisa e Inovação (CePI), que entre outras finalidades, busca apoiar as unidades do Tribunal no desenvolvimento de projetos de inovação; gerir o conhecimento de soluções inovadoras desenvolvidas; produzir e disseminar conhecimentos relevantes à atuação do controle externo e da gestão pública; propor critérios, áreas de concentração e linhas de pesquisa prioritárias segundo as diretrizes estratégicas do Tribunal; e acompanhar e avaliar as atividades institucionais de pesquisa e produção de conhecimento.

Nesse processo de fomento à pesquisa e a inovação, são consideradas não apenas as pessoas e suas ideias, mas também a necessidade de um ambiente que favoreça o desenvolvimento natural de novos modelos e soluções que agreguem valor à instituição e satisfaçam necessidades dos cidadãos.

Em 2015, foi criado na estrutura do Cepi o coLAB-i, laboratório responsável por disseminar inovação no Tribunal e, assim, ajudá-lo na sua missão de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade, fomentando a criatividade dos servidores, estimulando a colaboração e o foco no cidadão, estabelecendo parcerias e compartilhando conhecimento.

No âmbito do coLAB-i desenvolvem-se ações de cooperação, estudo e pesquisa em parceria com instituições públicas e privadas; e coordena-se o diálogo interinstitucional e multidisciplinar relativo à sua área de atuação, buscando identificar e promover a adoção de melhores práticas; além de serem planejados e promovidos eventos relativos às competências que estão na fronteira do conhecimento. Devido à sua importância e pioneirismo, o coLAB-i passou a figurar no *Global LabMap*, no qual constam os times e laboratórios de inovação governamental, como o primeiro laboratório de inovação em uma instituição de controle.

Centro de Pesquisa e Inovação: Laboratório de Inovação e Coparticipação - coLAB-i



CRENCIAMENTO JUNTO AO MEC

Em 2015, com vistas à obtenção de credenciamento para a oferta direta de pós-graduação, o ISC foi avaliado por uma comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que visitou as instalações do Instituto, o Centro de Documentação, o Centro de Pesquisa e Inovação, o Museu, o Espaço Cultural e os auditórios na sede. Foram realizadas entrevistas e reuniões com o corpo técnico da escola, com representantes das áreas visitadas e com dirigentes do TCU. Os avaliadores acompanharam por três dias as atividades internas do instituto e realizaram a análise documental de projetos pedagógicos, programas, regulamentos e normativos. Ouviram também a Comissão Própria de Avaliação da escola.

Os aspectos avaliados pelo instrumento foram categorizados em cinco dimensões: planejamento e desenvolvimento institucional, gestão institucional, corpo social, desenvolvimento profissional e infraestrutura. Foram observados ainda requisitos de acessibilidade do ambiente, materiais e equipamentos escolares, cumprimento de exigências das legislações em educação ambiental, bem como dos critérios estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

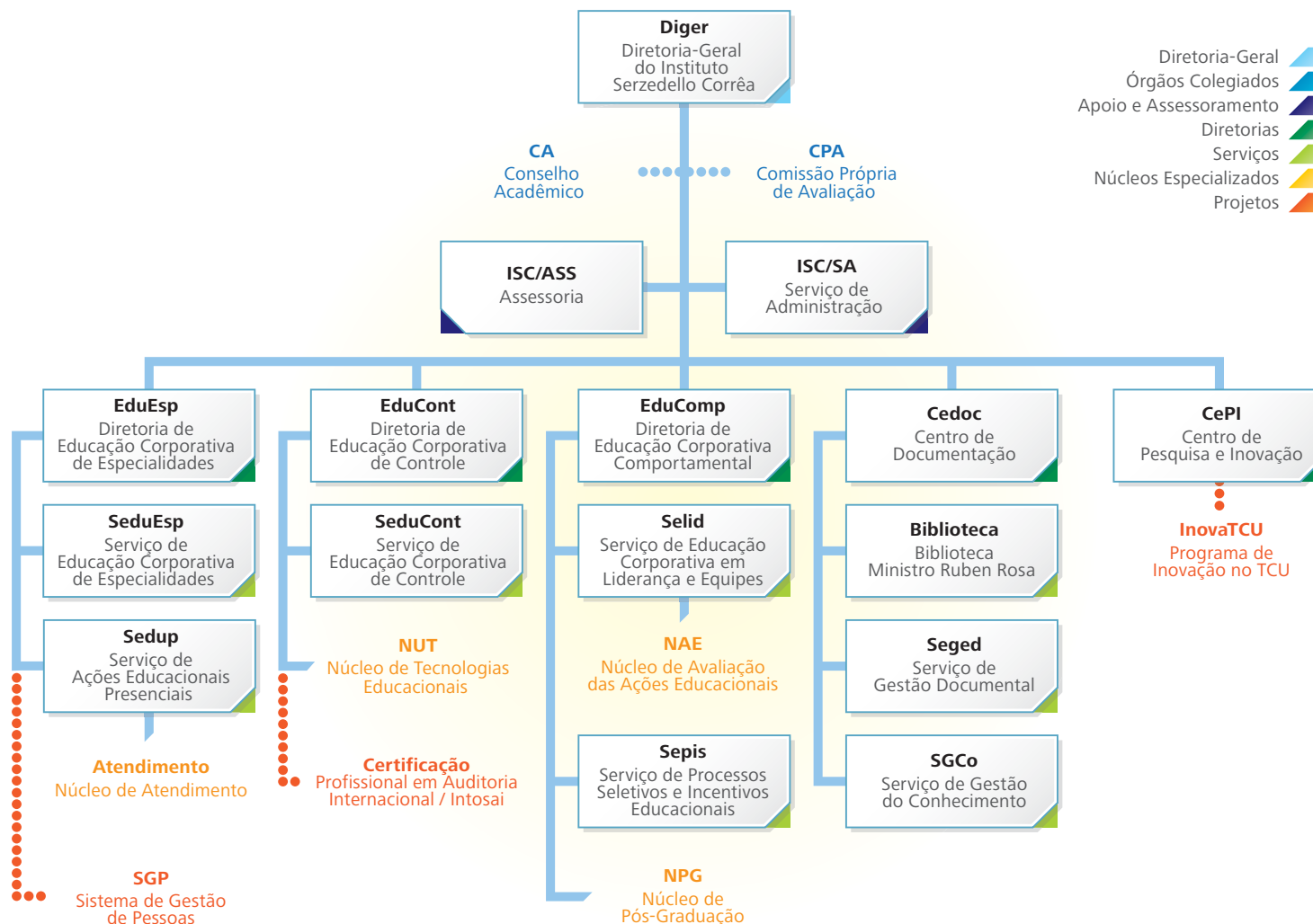
As avaliações foram positivas e a instituição recebeu conceito final 4 de um total de 5 pontos possíveis. Os tópicos referentes às instalações atuais e da futura sede, às atividades de ensino voltadas para pós-graduação, às iniciativas em pesquisa e inovação (como o laboratório de inovação), aos procedimentos de avaliação, ao acervo bibliográfico e às ações de educação a distância (EaD) receberam a nota máxima na avaliação (nota 5).

Nesse processo de fomento à pesquisa e a inovação, são consideradas não apenas as pessoas e suas ideias, mas também a necessidade de um ambiente que favoreça o desenvolvimento natural de novos modelos e soluções que agreguem valor à instituição e satisfaçam necessidades dos cidadãos.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para cumprimento de sua missão institucional, a Escola dispõe de uma Diretoria-Geral, que é a instância decisória, gestora financeira e representativa do ISC, à qual se subordinam subunidades e colegiados.



O ISC participa ainda de colegiados instituídos na Secretaria do Tribunal, tais como o Comitê de Gestão de pessoas (CGP), a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CAD), o Conselho Editorial da Revista do TCU, e comitês especializados, como o Comitê Gestor do Portal, o Comitê de Sustentabilidade e o Comitê de Identidade Visual, além de atuar junto às demais unidades da Secretaria do TCU para definição de ações educacionais, de gestão do conhecimento e de inovação.

As Diretorias de Educação e os Centros de Pesquisa e Inovação e de Documentação são responsáveis pela orientação tática do ISC e pela gestão hierárquica dos serviços especializados. Já os serviços e núcleos se organizam por tipo de ação educacional, programa ou forma de incentivo educacional. Quanto aos colegiados, integram a estrutura do Instituto o Conselho Acadêmico (CA) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

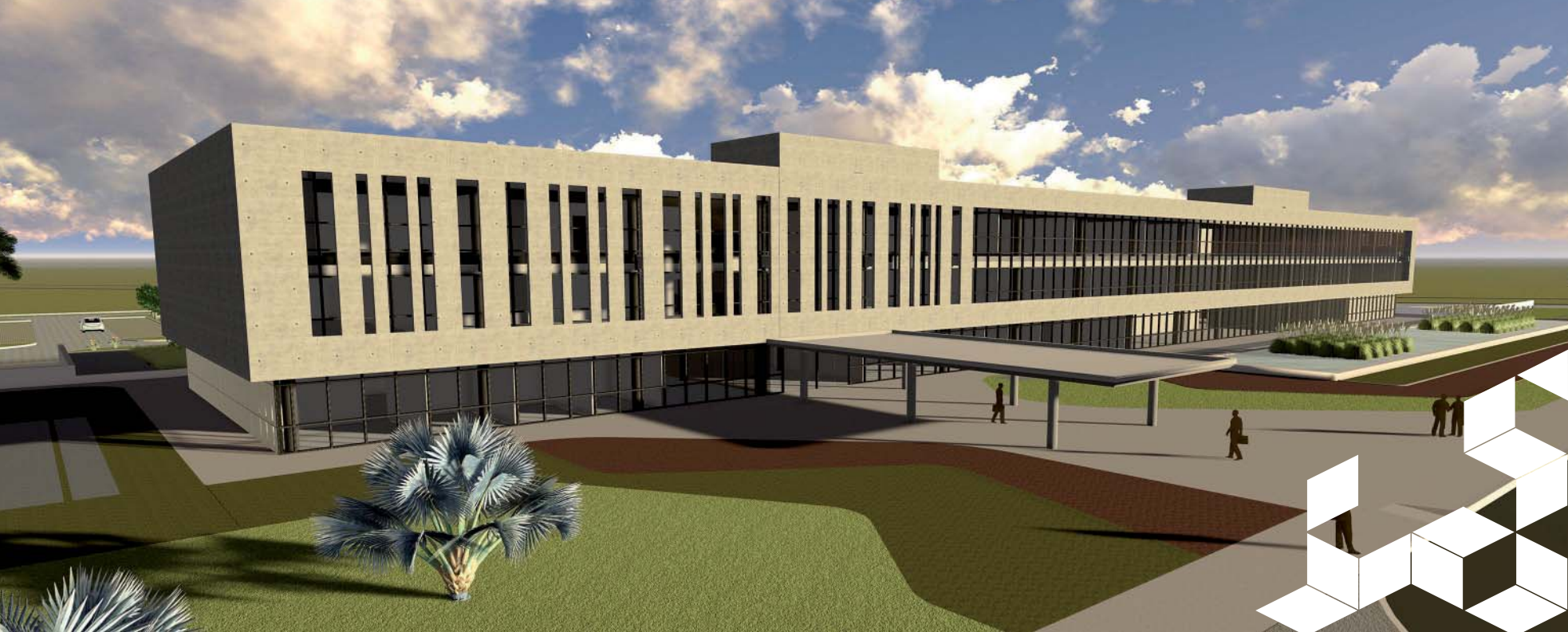
O CA é o colegiado consultivo e deliberativo dos programas do ISC. Cabe a ele, entre outras funções, exercer a jurisdição superior dos programas; examinar e aprovar políticas de ensino, pesquisa, cooperação e serviços; aprovar a criação e extinção de cursos; e aprovar critérios, áreas de concentração e linhas de pesquisa prioritárias, segundo as diretrizes estratégicas do Tribunal e em articulação com os cursos de pós-graduação. Integram o CA os diretores das Diretorias de Educação Corporativa e representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas do TCU (Segep), do corpo docente e do corpo discente do ISC. A composição e as competências do Conselho estão discriminadas no Regimento Interno do Instituto.

A CPA é o colegiado responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A CPA conta, na sua composição, com a participação de representantes de segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada. A composição e o funcionamento da comissão estão fixados em normativos próprios.

No Instituto, os assuntos referentes às ações de educação são tratados com observância à legislação de regência e aos normativos internos do TCU. Das decisões cabe pedido de reconsideração à própria autoridade ou unidade, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior. Constituem instâncias imediatamente superiores, para efeito de interposição de recursos:

- ▶ *em relação aos discentes e docentes, o diretor da diretoria responsável pela ação educacional;*
- ▶ *em relação ao diretor da diretoria responsável pela ação educacional, o Diretor-Geral do ISC; e*
- ▶ *em relação ao Diretor-Geral do ISC, o CA.*



INFRAESTRUTURA

Instalações

A sede do Instituto Serzedello Corrêa está localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3, Lote 3, próximo à Esplanada dos Ministérios e ao Lago Paranoá. Trata-se de complexo arquitetônico formado por duas edificações. O prédio principal comporta oito salas de aula; três salas flexíveis para oficinas, com divisórias móveis; oito salas de apoio administrativo; salas de reunião; salas para videoconferência; biblioteca; lanchonete; restaurante; e anfiteatro com capacidade para cinquenta pessoas. O segundo prédio abriga o novo complexo cultural do TCU, composto por museu; espaço cultural; área educativa; café; e auditório, com capacidade para 553 pessoas. Entre os prédios, há uma praça central de convívio. O conjunto ocupa uma área de 25.666m².

As instalações foram pensadas de maneira a comportar o projeto pedagógico inovador da Escola, com a criação de espaços que estimulem a aprendizagem organizacional, o compartilhamento de conhecimentos e a inovação. A construção da sede do Instituto foi realizada em conformidade com quesitos de acessibilidade e sustentabilidade, o que a torna prédio público de referência nessa área.

Biblioteca

A Biblioteca Ministro Rubem Rosa é administrada pelo ISC, por meio do Centro de Documentação. Está localizada no Anexo III do TCU e possui um posto avançado na sede da ESTCU, no Setor de Clubes Sul.

Aberta ao público, a Biblioteca é considerada especializada em controle dos gastos públicos, e abrange áreas como direito, contabilidade, economia, administração e finanças públicas. Em suas instalações estão reunidos cerca de 30.000 volumes de livros e aproximadamente 725 títulos de periódicos. Num esforço para atender as recentes demandas informacionais de seu público-alvo, possui ainda uma crescente coleção digital. O acervo é composto por publicações oficiais do TCU, publicações comerciais e de entidades especializadas em controle no Brasil ou no mundo, monografias dos servidores da Casa resultantes de cursos de especialização, mestrado e doutorado, apostilas de cursos do ISC, multimeios (vídeos, cd's, dvd's), além de jornais diários e revistas informativas. As publicações institucionais ficam disponíveis para acesso gratuito na Biblioteca Digital do Portal TCU.

Há também uma coleção intitulada *Acervo Depositário*, composta de obras editadas pelo TCU. Seu propósito é preservar a memória institucional e documentar o processo evolutivo do Tribunal por meio de suas publicações. Nesse sentido, a Biblioteca conta ainda com uma atividade de restauração de materiais bibliográficos, que realiza pesquisas históricas especializadas.

Em 2016 a Biblioteca ganhou instalações modernas e acessíveis na Sede, e passou a oferecer um amplo salão de leitura com acervo selecionado de informações atualizadas, disponíveis tanto em formato impresso quanto digital. O espaço convida os leitores à concentração, por dispor de cabines individuais e mesas de leitura, todas equipadas com infraestrutura tecnológica adequada; e ao compartilhamento de informações, por meio da sala de reuniões e do espaço de convivência.

Recursos Tecnológicos

Os recursos tecnológicos do ISC são compostos pelo conjunto de soluções de TI disponíveis em suas instalações, como computadores e lousas digitais, para suporte às ações educacionais; pelo conjunto de páginas e aplicações no Portal TCU; pela plataforma educacional de oferta de cursos e por ambientes e ferramentas de construção colaborativa de conhecimento, como *wikis* e comunidades de prática.

A área do Portal TCU dedicada à Educação Corporativa disponibiliza informações relativas a ações de aprendizagem organizacional ofertadas pelo ISC. Permite a realização de cursos de EaD (educação a distância), a inscrição em eventos e ações educacionais presenciais, a solicitação de eventos externos, a emissão de certificados de participação e o acesso ao histórico individual, bem como a solicitação de incentivos de educação continuada.

A plataforma educacional do ISC é implementada na solução de *software* livre *Moodle*, e foi desenvolvida a partir dos mais modernos conceitos de disponibilidade de cursos, com a oferta de ações na modalidade *Massive On-Line Open Course (MOOC)*; e responsividade, com interfaces que permitem ao usuário o acesso aos cursos de qualquer lugar, a qualquer tempo

e por quaisquer dispositivos tecnológicos de acesso à *internet*, como celulares, tablets e computadores. A gestão educacional conta com o *Learning Management System* da SAP, que permite a integração entre o mapeamento das competências individuais e institucionais e a oferta de ações de capacitação disponíveis no portfólio pedagógico do Instituto.

A solução permite ainda a conexão entre as trajetórias de aprendizagem e as trilhas de desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento que compõem os eixos temáticos da capacitação.

Apresenta também os diversos produtos e serviços de informação oferecidos pelo Instituto, como a página da Biblioteca, que conta com amplo acervo digital; a página do Arquivo Central; as comunidades de prática e demais funcionalidades de suporte à gestão do conhecimento.

As metodologias e os projetos apoiados pelo Centro de Pesquisa e Inovação do ISC são disponibilizados em página específica (www.tcu.gov.br/inovaTCU), que trata do programa de inovação do Tribunal e das iniciativas no âmbito do Colab-i.





MARCA INSTITUCIONAL

A consolidação do Instituto Serzedello Corrêa como Escola Superior do TCU incluiu uma série de melhorias e adaptações em seu escopo técnico-pedagógico e em sua estrutura físico-operacional. Nesse contexto, também buscou-se fortalecer a comunicação e a imagem do Instituto.

Para isso, uma das ações empreendidas foi a criação de um símbolo institucional que representa de forma gráfica o espaço tridimensional teórico das experiências de aprendizado. O símbolo enfatiza o acrônimo ISC, reforçado pelo uso das cores previamente estabelecidas na marca do próprio TCU, ao qual o Instituto se vincula. O uso das cores, diferenciando os caracteres do conjunto gráfico, resume aspectos também relacionados ao modelo de aprendizagem organizacional, atualmente orientado por três eixos temáticos: comportamental, especialidades e controle – azul, e pelos dois eixos transversais: gestão do conhecimento – amarelo; e pesquisa e inovação – verde, respectivamente.

A disposição dos caracteres em seta representa tanto os eixos quanto o movimento de trilhar caminhos variados e/ou específicos pelas *escolas* que os compõem, sintetizando interações e possibilidades do aprender técnico, livremente construídas pelos seus interlocutores, dentro do espaço de conhecimento proposto, no melhor interesse da Administração.

Para harmonizar o grafismo com alguns significados relacionados aos modernos processos de aprendizado, providos de multidimensionalidade, interação, interconexão e pautados pela coerência, eficiência, método e tecnologia, foi construída uma malha geodésica (triangular-hexagonal) a partir da qual o símbolo pode ser matematicamente construído/desconstruído, compondo um sistema lógico, analítica e holisticamente compreensível.



O TCU/ISC E A SOCIEDADE

O TCU e o ISC investem em ações que corroboram o compromisso da Instituição com a sociedade, referentes a produção artística, patrimônio cultural; responsabilidade e inclusão social; meio ambiente; e acessibilidade.

Produção Artística e Patrimônio Cultural

O Serviço de Gestão Cultural (SGCultural) é a subunidade do Tribunal de Contas da União responsável por gerenciar e promover a cultura dentro e fora do TCU, bem como fomentar e incentivar o conhecimento artístico e histórico, a fim de garantir que a produção cultural e a memória do TCU sejam preservadas e valorizadas.

As atividades empreendidas pelo SGCultural vão desde a realização de exposições à pesquisa histórica. O Serviço engloba o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça e o Museu do TCU. Inaugurado em 2003, o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça destina-se à divulgação da arte contemporânea como linguagem de expressão artística e cultural.

O Espaço abriga diversos programas ligados à arte-educação:

- ▶ **Programa Educativo do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça:** *atende ao público visitante das exposições de artes visuais.*
- ▶ **Programa Criança no Espaço:** *promove atividades culturais relacionadas a conteúdos das mostras do Espaço Cultural.*
- ▶ **Espaço Contexto:** *oferece gratuitamente cursos e oficinas de redação, leitura, interpretação de textos e debate de filmes.*
- ▶ **Espaço Linguagem Pensamento:** *destinado ao estudo da história da arte.*
- ▶ **Mostra de Talentos:** *divulga as qualidades artísticas de servidores da Instituição.*

O Museu do TCU trabalha para manter viva a história da Instituição. Foi criado em 1970 e reinstalado em 2004, quando, após reforma, incorporou características peculiares da museologia moderna. Também mantém vários projetos:

- ▶ **Museu Minuto:** exibição de pequenos vídeos com temas correlatos ao acervo do Museu, à história e ao patrimônio físico e cultural do Tribunal.
- ▶ **Todos Têm uma História para Contar:** incentiva servidores e funcionários a relatarem suas experiências e descreverem momentos marcantes vividos na Casa.
- ▶ **Memória Viva:** busca registrar a história do TCU por meio de relatos, depoimentos e entrevistas.
- ▶ **Programa Educativo do Museu:** composto de atividades e material informativo sobre os temas abordados nas exposições.



Responsabilidade e Inclusão Social

O TCU é um órgão inteiramente comprometido com a promoção da cidadania e a inclusão social. Nesse sentido, procura estimular o cidadão a ser cada vez mais participativo, sobretudo como controlador da gestão pública.

Para isso, facilita o acesso a informações relativas às suas atividades e aos resultados obtidos, bem como promove ações, muitas delas empreendidas pelo ISC, que fortalecem a capacidade de os indivíduos participarem de modo efetivo das tomadas de decisões que os afetam. A seguir, citam-se algumas ações relacionadas a responsabilidade social que reforçam esse comprometimento.

- ▶ **Diálogos Públicos:** ações sistematizadas de divulgação e troca de conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos, com o objetivo de aproximar o Tribunal da sociedade, esclarecer sobre a função de controle do Estado e estimular o controle social e a cidadania. Nos últimos anos, o TCU tem aproveitado os eventos para incrementar sua função pedagógica, orientando os gestores públicos e a sociedade sobre procedimentos de controle e melhores práticas de gestão que podem evitar, na origem, possíveis irregularidades.
- ▶ **Programas de fomento à cidadania em escolas:** várias unidades do Tribunal mantêm programas de fomento à cidadania voltados para o público infante-juvenil. As áreas de Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais, por exemplo, incentivam a visita de alunos de escolas e universidades às unidades do TCU (visita monitorada). O Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, com o Programa Criança no Espaço, desenvolve atividades educacionais, voltadas para jovens, para estimular o interesse pelas artes visuais e mostrar a importância da participação do cidadão no controle dos gastos. O ISC, por sua vez, também oferece curso a distância para crianças, o TCU para Crianças, que trata da atuação do TCU de forma compreensível para este público.
- ▶ **Desenvolvimento de aplicativos cívicos:** os aplicativos cívicos são aplicativos desenvolvidos para os cidadãos, a partir de dados abertos, que têm como foco o engajamento e o controle social.
- ▶ **Oferta gratuita de cursos para os cidadãos:** o ISC oferece cursos gratuitos, no formato Massive On-Line Open Course (MOOC), nas áreas de controle social e aquisições públicas.
- ▶ **Meio ambiente:** tema de grande importância para o TCU, tanto que em sua estrutura organizacional, uma das Secretarias de controle externo é especializada em fiscalizações que envolvem questões ambientais (SecexAmbiental). As ações institucionais neste campo são amplas e diversificadas e abrangem tanto iniciativas relacionadas à atuação finalística do TCU quanto participação do Órgão em programas ou em acordos de cooperação firmados com agentes nacionais e internacionais. Recentemente, o Tribunal aprovou a Resolução-TCU nº 268, de 4 de março de 2015, que cria a Política Institucional de Sustentabilidade (PSUS), com o objetivo de nortear as ações internas quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como institui o Comitê Gestor de Logística Sustentável (CLS), responsável por formular e conduzir as diretrizes inerentes à PSUS.



Acessibilidade

Em 2014, por meio da Portaria-TCU nº 216, o Tribunal criou a Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), com a finalidade de institucionalizar meios e conhecimentos para promover a acessibilidade, tanto internamente, para que qualquer cidadão tenha acesso pleno às instalações e aos serviços do Órgão; quanto no exercício do controle externo, mediante avaliação das medidas de atendimento à legislação sobre acessibilidade pelos que lhe são jurisdicionados. Desde 2011, o Tribunal incluiu o tema na matriz de auditoria do Plano de Fiscalização Anual de Obras (Fiscobras) e realiza auditoria operacional para avaliar as condições de acesso das pessoas com deficiência às instalações e aos serviços prestados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal.

Além disso, o Portal TCU busca constante adaptação às recomendações de acessibilidade digital da *Web Content Accessibility Guideline* (WCAG/W3C) e do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG).



“A construção da sede do Instituto foi realizada em conformidade com quesitos de acessibilidade e sustentabilidade, o que a torna prédio público de referência nessa área.”

- 1 Perfil Institucional
- 2 Aprendizagem Organizacional
- 3 Gestão da Informação e do Conhecimento
- 4 Pesquisa e Inovação
- 5 Resultados do Biênio